

UNIVERSIDADE DO PORTO
FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

Nº 17

(MAIO de 1994)

Marta SANTOS

A OBSERVAÇÃO CIENTÍFICA



CENTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL

RUA DAS TAIPAS, 76
4000 PORTO-PORTUGAL
TELEFS.: 325510-315007

Direcção: *Prof. FÉLIX FERNANDO MONTEIRO NETO*

CENTRO DE PSICOLOGIA SOCIAL

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação

Universidade do Porto

Nº 17

(MAIO de 1994)

Marta SANTOS

A OBSERVAÇÃO CIENTÍFICA

É aqui referido que a observação é efectivamente um método científico de direito próprio, embora muitas vezes seja identificado, apenas, como uma fase do método experimental.

Como qualquer método de investigação tem vantagens, limites e apresenta dificuldades na sua utilização. No entanto, tem vindo a fazer um esforço para ter cada vez mais hipóteses de controlo no sentido de permitir a repetição da observação.

Pode ser aplicável em inúmeros estudos e áreas de investigação, nomeadamente: na Psicologia Escolar, Psicologia do Desenvolvimento, Psicologia Social, Psicologia Ambiental e Ecológica, Psicologia dos Comportamentos Desviantes, Antropologia, Etnologia, etc..

ÍNDICE:

| | |
|--|----|
| 1. Observação como método científico | 1 |
| 2. Formas e meios de observação | 5 |
| 2.1. Grau de participação do observador | 5 |
| 2.1.1. Observação participante e participada | 5 |
| 2.1.2. Observação não-participante | 6 |
| 2.2. Sistematização da observação | 7 |
| 2.2.1. Observação ocasional | 7 |
| 2.2.2. Observação naturalista | 9 |
| 2.2.3. Observação sistematizada | 10 |
| 2.2.4. Observação muito sistematizada | 13 |
| 2.3. Campo de Observação: | |
| Observação molar e observação molecular | 13 |
| 3. Técnicas de registo observacionais | 13 |
| 4. A quantificação na observação | 17 |
| 5. Fidelidade e Validade nas observações | 19 |
| 5.1. Fidelidade | 19 |
| 5.2. Validade | 20 |
| Resumo | 21 |
| Referências Bibliográficas | |

A OBSERVAÇÃO CIENTÍFICA

1. Observação como método científico

A Psicologia adquire um estatuto científico, com o advento do método experimental, para ser considerada como ciência do comportamento observável.

O método experimental organiza-se em 3 momentos básicos: um primeiro, em que se observa; o segundo, recorrente do anterior, onde se procede ao levantamento de hipóteses; e o terceiro, que permite chegar às conclusões.

Assim, parece que podemos concluir que a ciência começa com a observação:

"(...) Seguros de que a experimentação não é único método da ciência e sem dúvida a psicologia científica não repousa nem repousará jamais num conjunto de conhecimentos tirados unicamente da experimentação.

A observação em todas as suas formas terá sempre um papel importante, mas será tanto menos contestável quanto ela seja considerada como um momento da "demarche" experimental à qual nos temos que limitar sempre que a natureza dos factores ou as exigências morais impedirem o recurso à experimentação. Esta última permanece o ideal do cientista uma vez que nós não conhecemos adequada e exaustamente um facto a não ser quando somos capazes de o reproduzir. Nesse momento a ciência pode não apenas predizer os fenómenos mas também chegar às aplicações científicas propriamente ditas." (Fraisse 1936 in Paúl, 1985, pág. 18).

Segundo Paúl (1985, pág. 17), a observação tem, no entanto, vindo a automatizar-se como "método de direito próprio" abandonando a sua "condição de momento do método experimental". Isto deve-se, sobretudo, à utilização de técnicas de vídeo, filmagens, gravações audio, associados a meios de registo e análise dos dados capazes de fornecer relações exaustivas e rigorosas dos comportamentos.

Por outro lado, foram sendo colocadas algumas limitações para o método experimental, nomeadamente as frequentes restrições éticas da experimentação e, em alguns casos, as situações laboratoriais foram consideradas artificiais e reduzidas (Kalverboer e Hopkins, 1983 in Paúl, 1985, pág. 17) já que o indivíduo não estava exposto a estímulos biológicos

relevantes nem se sabia qual o impacto, sobre o indivíduo, da investigação experimental.

Simultaneamente, foram-se tentando ultrapassar os obstáculos mais pertinentes que se colocavam à observação (como adiante se poderá constatar).

Assim, de acordo com Vázquez e López Rivas (1962 in Anguera, 1978, pág. 19) "para adquirir a ciência real dos homens, das intimidades e estrutura da vida é estritamente indispensável praticar pessoalmente a observação. Não se trata de uma observação superficial, mas de uma observação científica. Para isso é preciso estar-se em estado de atenção constante, fazer uma observação tão objectiva quanto possível, depois de se ter tornado a firme decisão e a atitude psíquica de inclinar-se escrupulosamente perante os temas."

Anguera (1978, pág. 21), propõe que só se pode falar em observação científica quando são utilizadas hipóteses expressas e manifestas. Deste modo, é necessário que a observação compreenda 4 condições para se poder converter numa técnica científica:

- 1) Serve a um objectivo já formulado de investigação;
- 2) É planificada sistematicamente;
- 3) É controlada e relacionada com proposições mais gerais em vez de ser apresentado como uma série de curiosidades interessantes;
- 4) Está sujeita a comprovações de validade e fidelidade.

Quando não é possível observar estas 4 condições, então as hipóteses devem ser formuladas a partir de uma exploração empírica que procuraram esclarecer e verificar estas mesmas hipóteses através da confrontação com um grande número de acontecimentos resultantes de investigações anteriores e que permitem validar a observação feita e elaborar uma exploração teórica que seja passível de generalizações a acontecimentos semelhantes.

As fases do método observacional são coincidentes com as da investigação científica em geral, deste modo, a observação inicia-se com a formulação do problema (apesar de em muitos casos, só após se proceder a observações iniciais, é que se poderá definir precisa e objectivamente o problema), faz-se a recolha dos dados (que pode ser feito de diversas formas de acordo com os objectivos que foram previamente formulados - por ex: a escolha da amostra; o custo económico e de tempo; o registo dos dados, etc), de seguida procede-se à análise e interpretação dos dados observacionais (procurar confirmar ou infirmar as hipóteses levantadas e elaborar as conclusões) e, finalmente, há a comunicação de resultados (apresentam-se os resultados obtidos de modo a

que qualquer pessoa interessada possa "repetir" ou continuar as observações efectuadas).

Para a elaboração de um projecto de observação é necessário identificar os objectivos que permitem a sua construção, que implica, segundo Estrela (1990, pág. 29):

"1- A delimitação do campo de observação - situações e comportamentos, actividades e tarefas, tempos e espaços de acção, formas e conteúdos da comunicação, interacções verbais e não-verbais, etc;

2- A definição de unidade de observação - por exemplo (...) um determinado tipo de fenómenos;

3- O estabelecimentos de sequências comportamentais - o "continuum" dos comportamentos, o reportório comportamental, etc."

Após a definição dos objectivos e da delimitação do campo de observação há que determinar a estratégia a utilizar, e que se relaciona com:

"1^º- Uma opção por determinadas formas e meios de observação (processos, métodos, técnicas, instrumentos);

2^º- Uma escolha de critérios e de unidade de registo dos dados (critérios de ordem funcional ou temporal, unidades molares ou moleculares, etc);

3^º- Uma elaboração de métodos de análise e tratamento dos dados recolhidos (fidelidade e validade dos dados, identificação de variáveis ou de factores determinantes, elaboração de modelos de inteligibilização do real. etc);

4^º- Uma preparação (preliminar e de aperfeiçoamento) dos observadores (comparação entre diversos protocolos de observações directa; análise de fotocópias, "tapes" e filmes; simulações de observadores e de observado, etc)." (Estrela, 1990, pág. 30).

O método de observação apresenta algumas vantagens na sua utilização, (Anguera, 1978, pág. 25):

(a) Permite obter as informações tal como elas ocorrem;

(b) Permite estar atento em relação aqueles comportamentos que são considerados pelos observados como de menor importância ou de difícil tradução para palavras e por isso grande parte das vezes não são referidos;

(c) Permite obter dados relativas a crianças ou animais cujas informações verbais podem ser insuficientes ou inexistentes, devendo por isso recorrer-se ao método de observação;

(d) Permite reduzir algumas resistências por parte dos observados já que, habitualmente não solicita uma cooperação tão activa como outros métodos (a entrevista, por exemplo).

Alguns dos limites colocados a este método - método observacional - são a seguir enumerados (Anguera, 1978, pág. 27):

(a) É difícil prever a ocorrência de determinados acontecimentos para que seja possível estar presente para a observação nesse preciso momento (ex: desastre de automóvel, discussão familiar, etc);

(b) Há a possibilidade de haver uma certa interferência por parte do observador quando se pretende observar acontecimentos comuns, diários;

(c) A observação de determinados acontecimentos está condicionada à sua duração e à sua natureza, nomeadamente aqueles que dificultam/impedem a presença dos observadores (ex: crise familiar).

Vasta (1979, in Paúl, 1985, pág. 18), fornece algumas soluções possíveis para algumas das limitações encontradas no método de observação:

" (...) a reactividade dos sujeitos ao observador e à situação de observação soluciona-se alargando o período de observação e utilizando métodos não intrusivos (por ex: espelho unidirecional, câmaras disfarçadas, etc), as expectativas dos observadores, o feed-back e o conhecimento que eles possuam da fidelidade da avaliação que se neutraliza pela utilização de observadores «cegos» que desconhecem as hipóteses experimentais (...) e finalmente, os problemas mais ligados ao experimentador que seriam a complexidade do código e as estimativas de fidelidade inflacionadas que se evitam pelo uso do código simples, treino dos observadores e métodos estatísticos adequados".

Em relação às dificuldades das observações, foram assinaladas por Mucchielli (1974, in Anguera, 1978, pág. 28), 4 critérios principais que estão subjacentes a esta técnica, devendo o observador estar atento à sua ocorrência:

1 - Obstáculos gerais ligados a percepção como uma operação humana - para uma observação mais correcta é importante que as sensações tenham uma boa integridade para que se possa perceber bem;

2 - Obstáculos ligados à maneira de ser individual e subjectiva do observador - a Equação Pessoal do Observador;

3 - Obstáculos que decorram do quadro de referência teórica do observador - evitar que haja uma certa tendência do observador para interpretar os acontecimentos de acordo com o seu quadro de referências e evitar também, as suas previsões/antecipações, uma vez que podem, de algum modo, induzir os resultados.

Decorrente deste ponto, reconhece-se que, por um lado, é importante que haja uma certa familiaridade inicial (conhecimento básico) com a situação a observar, por outro, esta familiaridade não deve ser exagerada para evitar enziejamentos na análise dos dados, já que a subjectividade do observador pode estar presente, sobretudo quando começa a fazer antecipações do que vai acontecer por achar que já sabe tudo o que há para saber sobre o grupo observado. Assim, segundo Roberto Mota (in Costa, 1986), "deve-se questionar o exótico transformando-o em familiar e questionar o familiar transformando-o em exótico";

4 - Obstáculos ligados com os observados - podem alterar os seus comportamentos habituais na situação de observação.

2. Formas e meios de observação

2.1 Grau de participação do observador

2.1.1 Observação participante e participada

Segundo Estrela (1990, pág. 32), a observação participante é aquela cujo observador participa da vida do grupo que está a estudar. O observador desempenha um papel bem definido na organização social que observa.

De acordo com Iturra (1986, pág. 149), "a observação participante é envolvimento directo que o investigador de campo tem com um grupo social que estuda dentro dos parâmetros das próprias normas do grupo. (...) é o exercício que tenta ultrapassar o etnocentrismo cultural espontâneo com que cada ser humano define o seu estar na vida."

Os dados recolhidos pelos investigadores estão dependentes da forma como participam enquanto observadores:

- os observadores participantes procuram integrar o seu papel com os demais do grupo, tentando assim um envolvimento máximo com o observado através da participação nas actividades do grupo, utilizando o mesmo código linguístico e recolhendo os dados, muitas vezes, através de conversas informais.

- na observação participada, o observador pode interagir com o observado mas sem deixar de representar o seu papel, isto é, sem perder o seu estatuto

de observador. Procura-se, com esta postura, minimizar os enviesamentos introduzidos pelos laços afectivo-ecomocionais que podem advir do estabelecimento de uma relação muito próxima com o grupo de observados.

Vázquez e López Rivas (1962 in Anguera, 1978, págs. 135 e 136), apresentam algumas vantagens da observação participante e participada:

"1- Facilita a «percepção», preparando a compreensão da situação e do cenário social das interrelações entre os membros e a dinâmica do grupo;

2- Tem grande valor psicológico, acostumando os membros do grupo a ver o observador até que acabem por aceitar e, na observação activa¹, a incorporá-lo como um dos membros;

3- Existe um maior número de oportunidades de observação;

4- Facilita o conhecimento de dados guardados secretamente no grupo, que não se proporcionam a pessoas estranhas; se o fazem é com invasões;

5- Acesso ao pequeno mundo do que se diz e se faz, oferecendo juízos acerca do comportamento que não podem ser obtidos de nenhuma outra maneira."

Segundo Anguera (1978, pág. 136), os inconvenientes principais deste tipo de observação são os seguintes:

1- A subjectividade é uma das dificuldades, uma vez que o observador pode atribuir ao grupo os seus sentimentos e preconceitos;

2- A falta de espontaneidade pelos observadores, muito necessária neste tipo de observação, é também um dos inconvenientes;

3- Pelo facto do observador se tornar muito familiar com o grupo de observados (sobretudo na observação participante) ele poderá ser "absorvido" pelo grupo, perdendo a sua capacidade crítica sobre os acontecimentos;

4- Outro dos inconvenientes seria a interferência que o investigador poderia ter na vida do grupo de observadores;

5- Nem sempre é fácil proceder-se à estandardização da observação e réplica a novas situações.

2.1.2 Observação não-participante

A observação é não participante quando o observador não pertence ou não participa do grupo de observadores - evita-se qualquer tipo de interacção com este grupo.

¹"Observação activa" neste contexto deve ser entendida como observação participante.

Em determinadas situações (especialmente em situações naturais que ocorrem diariamente), é impossível proceder-se a uma observação sem que, por este facto, se introduzam alterações nos acontecimentos, deixando estes de serem naturais. Neste sentido, é importante precaver, que só se devem fazer observações quando o papel do observador parece não introduzir modificações no processo ou quando essas modificações são controláveis.

As formas de observação não-participante são duas (Anguera, 1978, págs. 126 e 127): a observação directa, que integra toda a investigação observacional feita no terreno em contacto directo com o grupo de observados e o contexto envolvente; e, a observação indirecta, que se baseia em fontes documentais existentes, não tendo o observador controlo sobre o modo como estes documentos foram obtidos.

Algumas das vantagens e desvantagens tipo de observação, foram sistematizados por Anguera (1978, págs.127 e 128) do seguinte modo:

Vantagens:

- 1- O observador pode estar constantemente em observação e realizar as anotações simultaneamente à ocorrência dos fenómenos;
- 2- A observação não-participante pode utilizar uma metodologia sistematizada de modo que exista a possibilidade de se obter dados quantitativos;
- 3- Através da observação indirecta há a hipótese de se analisar informações retrospectivas.

A principal desvantagem à observação não-participante relaciona-se com o facto de a validade dos resultados estar dependente das repercussões existentes no grupo de observados, ao tomarem conhecimento da existência de um observador.

2.2. Sistematização da observação

2.2.1 Observação ocasional

Segundo Young (Anguera, 1978, pág. 34), a observação ocasional (ou não-sistematizada) "recorre ao escrutínio cuidadoso das situações da vida real, sem tentar usar instrumentos de precisão nem comprovar a exactidão dos fenómenos observados". A observação ocasional, pode funcionar como uma

primeira aproximação a uma problemática para, posteriormente, se fazer uma investigação mais sistematizada.

A importância da observação ocasional vai diminuindo à medida que se vai constituindo como um quadro de referência de conhecimentos teóricos, tornando-se mais adequada para investigações em que se sabe pouco acerca do observado ou para quando o observador se encontra numa fase exploratória de investigações e por isso, deva estar o mais aberto possível a todos os acontecimentos que ocorrem na situação de observação.

Os elementos importantes a observar, durante a observação ocasional, são os participantes; o ambiente envolvente; o objectivo (ex: porque é que estes participantes estavam juntos naquele momento, ...); os comportamentos (ex: qual o estímulo que deu origem ao comportamento, qual o objectivo do comportamento, que frequência tem, ...); e a frequência e duração do comportamento.

Estrela (1990, pág. 41), apresenta um exemplo de como o registo de uma observação ocasional pode ser feito - neste caso particular para a observação de um aluno durante uma aula:

| | |
|------------------------------|--|
| Aluno | |
| Ano..... | Turma..... Disciplina..... |
| Data/...../..... | |
| Situação | |
| | |
| Comportamento | |
| | |
| | |
| Inferências | Este tipo de comportamento é: — Frequente <input type="checkbox"/> — Pouco frequente <input type="checkbox"/> — Raro <input type="checkbox"/> |
| | |
| | |
| | |

Neste tipo de registos é importante identificar claramente o que é que foi observado realmente e as inferências que podem ser feitas sobre essa observação. Mormente, ambos os registos sejam importantes (até porque as inferências podem clarificar algumas dúvidas subjacentes à observação), é necessário que sejam escritos independentemente (em espaços diferenciados) e também que o protocolo de observação seja alvo de actualizações sempre que novos dados ocorram e que alterem/completem as inferências já registadas.

Colocam-se alguns perigos à observação ocasional, nomeadamente (Anguera, 1978, págs. 39, 40, 41 e 42):

1- Ficar-se com a sensação de que se sabe mais do que aquilo que se observou;

2- Pelo facto de não existirem unidades de medida ou um estabelecimento prévio dos acontecimentos a observar, torna muito complicado a comparação de um mesmo fenómeno observado por diferentes investigadores;

3- Uma das formas existentes para evitar os erros e os pontos menos claros é proceder a revisões e comprovações dos dados recolhidos e mudar o modo estabelecido para a observação (ex: uma observação mais próxima pode permitir a descoberta de relações novas que não eram as esperadas).

2.2.2 Observação naturalista

Segundo Pinto (1990, págs. 47 e 48) a observação naturalista é uma técnica de investigação integrada no método descritivo (cujo objectivo é caracterizar, do modo mais completo possível, as variáveis que estão envolvidas em determinados acontecimentos) que procura observar os comportamentos dos observadores no seu meio natural.

Este tipo de observação é realizada de um modo flexível, isto é, o observador não é selectivo, procurando registar tudo o que se refere ao comportamento e ao contexto envolvente, parece obter o máximo de dados possíveis, nomeadamente observa-se comportamentos previstos e que ocorrem no momento da observação.

Segundo Pinto (1990, pág. 48), a observação naturalista compreender 2 critérios:

"Primeiro, o observador deve registar e medir apenas os fenómenos e comportamentos que ocorrerem num meio ambiente natural, sem efectuar qualquer deslocação do organismo para locais estranhos ao seu habitat.

Segundo, o observador não deve influenciar, interferir ou manipular os acontecimentos e os organismos sob observação. Se numa situação os sujeitos souberem que estão a ser observados o comportamento por eles produzidos é provavelmente diferentes (comportamentos reactivo) em relação a uma outra situação em que são observados".

Segundo Estrela (1990, pág. 49), a observação natural regista os dados recolhidos em "biografias" que são construídas a partir do que é observado. Esta técnica foi definida de acordo com 4 linhas gerais:

1º- Não é uma observação selectiva - o observador procede a uma acumulação de dados, pouco selectiva, mas passível de uma análise rigorosa;

2º- Preocupa-se fundamentalmente, com «a precisão da situação», isto é, com a apreensão de um comportamento ou de uma atitude inseridos na situação em que se produziram, a fim de se reduzirem ao mínimo as dúvidas referentes à sua interpretação;

3º- Pretende estabelecer biografias compostas por um grande número de unidades de comportamento, que se fundem umas nas outras;

4º- A continuidade é um dos princípios de base que possibilita uma observação correcta: a selecção dos acontecimentos é algo de arbitrário; que se verifica apenas no laboratório, pois o processo vital é caracterizado pela ininterrupção".

2.2.3 Observação sistematizada

Para Reuchlin (1986, pág. 22) a observação psicológica torna-se mais sistemática quando tende para um estudo científico e para a experimentação isto é, quando são utilizadas técnicas de um modo rigoroso de tal modo que as condições utilizadas na observação sejam passíveis de uma repetição.

Pascal e Jenkins (1961 in Anguera, 1978, pág. 43) consideram que o objectivo da observação sistematizada "consiste em descobrir e precisar com exactidão determinados elementos de conduta que possuam um certo valor preditivo e heurístico".

A observação apresenta as seguintes características, de acordo com Anguera (1978, pág. 45, 46 e 47):

1- É uma observação com um objectivo determinado, claro e cuidadosamente definido;

2- O modo de recolha de dados é previamente fixado;

3- Para se assegurar uma observação objectiva utilizam-se categorias que já foram muito estudadas (para facilitar a codificação rápida de um determinado

comportamento), material de filme ou vídeo (como auxiliar da exactidão), observação em equipa, etc;

4- Os instrumentos que são utilizados para a observação determinam, em grande medida, o grau de controlo percebido.

Como exemplo, pode-se analisar a grade de observação sistemática em situações de aula, proposta por Estrela (1990, pág. 47):

GRADE DE REGISTO DE DADOS DE OBSERVAÇÃO DE SITUAÇÕES DE AULA

Escola, Ano e Turma
 Disciplina..... Professor..... Sala Piso
 Tema..... N.º de Alunos Faltas
 Data/...../..... Hora Tempo Livre Observações

| | Tempo | | | Espaço | Intervenientes | Conteúdos | Actividades | Tarefas | Material | Comportamentos-C | | Situação | Observações | Inferências |
|------------|-------|-----|-------|--------|----------------|-----------|-------------|---------|----------|------------------|------|----------|-------------|-------------|
| | 1-T | 2-E | 3-Int | | | | | | | 4-Cont | 5-Ac | | | |
| Sequências | H | M | S | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | | | | |

Esta grade permite duas leituras: uma vertical (coluna a coluna) que se refere a uma análise de ordem estrutural; e uma horizontal (em diferentes colunas) que se refere a uma análise da dinâmica situacional - toma-se conhecimento dos elementos intervenientes na situação e do modo como estão relacionados entre si;

5- Os dados obtidos pela observação sistematizada são passíveis de serem quantificados e deste modo possibilitam um registo e uma compreensão mais acessível;

6- Como em toda a observação científica, é necessário que estejam estabelecidas previamente as hipóteses e as diferentes categorias de observação, apesar de haverem alguns dados (não previstos *à priori*) que só poderão ser categorizados retrospectivamente.

7- Para evitar que informações relevantes, não considerados inicialmente, passem despercebidas, pode-se recorrer à utilização de 2 observadores: um, que está unicamente atento aos comportamentos que pretende observar ; um segundo, que procura observar a situação mais ampla, onde estão a decorrer esses mesmos comportamentos;

8- Decorrente do anterior, é importante não esquecer o contexto envolvente de determinados comportamentos, já que pode ser condição indispensável para a sua ocorrência.

Reuchlin (1989, pág. 29) refere como crítica à observação sistematizada o receio de alguns psicólogos de que "processos de observação demasiadamente rígidos deformem o próprio conteúdo da informação colhida e afastem o observador de factos importantes e significativos cujo aparecimento não era previsto pelo dispositivo utilizado". Vexliard (1957 in Reuchlin, 1989, pág. 30) refere o seguinte acerca do seu método de observação sobre *Le Clochard*: "o método de investigação, tal como é descrito, expõe-se a numerosas críticas. Os exames não são homogêneos, e nem todos os sujeitos foram submetidos às mesmas provas e em idênticas condições. Fomos obrigados a adoptar o tipo de exame aos nossos sujeitos, de preferência a ter de exigir, por parte deles, sempre a mesma atitude. Esses problemas são flagrantes mas podemos perguntar se uma investigação deste género pode ser estandardizada e se, ao fazê-lo, não corremos o risco de deixar de lado problemas essenciais. Ao confrontarmos o método flexível que tivemos de seguir com os métodos rigorosos, submetidos a uma disciplina matemática, formulamos a seguinte pergunta: não será, por vezes, preferível correr o risco de cometer alguns erros a ignorar as experiências humanas mais significativas que não podem ser isoladas, decompostas nem medidas?".

2.2.4 Observação muito sistematizada

A observação muito sistematizada distingue-se das demais porque se baseia numa teoria explícita (onde há um conhecimento prévio das variáveis implicadas na ocorrência de um determinado comportamento e das relações existentes entre essas variáveis); o processo de observação está organizado em categorias precisas e bem definidas para a categorização fácil de um comportamento que é observado, não havendo "espaço" para registar comportamentos não previstos; por último, são controladas as condições em que se processa a observação de modo a que haja a possibilidade de comparar os dados que foram obtidos.

2.3 Campo de Observação: observação molar e observação molecular

As categorias de codificação dos comportamentos são constituídos por respostas específicas e podem ser moleculares ou molares.

São moleculares quando definem as categorias tão perto quanto possível das acções motoras específicas (ex: gestos, posturas, expressões faciais, etc.)

As categorias molares referem-se a um nível de abstracção superior na medida em que já combinam um certo número de acções, direcções e objectos do comportamento em classes mais gerais (ex: agressividade, medo, etc).

É muito importante precisar claramente qual o tipo de categorias que se está a utilizar, já que as mesmas acções podem ser incluídas em diferentes categorias se o sistema que é utilizado for molar ou molecular.

A operacionalização das várias categorias consiste precisamente em especificar aquilo que está a ser observado.

3. Técnicas de registo observacionais

As técnicas de registo observacionais baseiam-se em 2 princípios gerais (Weick, 1986 in Anguera, 1978, págs. 56 e 57):

Um primeiro que se relaciona com a recolha e categorização dos dados e se estas medidas são efectuadas ou não a parte de uma definição conceptual. Como consequência deste princípio surge 2 tipos de estratégias de observação: Estratégia racional - é aquela que é utilizada quando existe uma definição conceptual, classificação dos componentes que vão ser consideradas

na observação, selecção dos indicadores, construção de uma grade de observação e verificação da validade do instrumento. Estratégia empírica - quando as definições conceptuais só surgem na altura em que se sabe que se está a observar um acontecimento estável, havendo, para isso, uma construção prévia dos indicadores a observar.

O segundo princípio relaciona-se com a fidelidade das técnicas de registo. Gellert (1955 in Weick, 1985, pág. 603) apresenta a seguinte regra geral: "Quanto menor for o número de categorias, quanto mais precisas forem as suas definições e quanto menor for a inferência requerida para a classificação, maior vai ser a fidelidade dos dados".

Segundo Paquay (1979 in Estrela, 1990, pág. 42) o observador deveria possuir um método de notações dos dados observados passíveis de um tratamento quantitativo.

Medley e Mitzel (1963 in Estrela, 1990, págs. 42 e 43) propõe que a notação das observação é feita essencialmente de 2 modos:

1- Sistemas de sinais: quando os acontecimentos que estão a ser observados só são registados uma vez durante o período de observação, independentemente da frequência com que ocorrem nesse mesmo período;

2- Sistemas de categorias: quando os acontecimentos que estão a ser observados, são sempre registados, à medida que vão ocorrendo.

Alevizos e Berck (1975 in Weick, 1985, págs. 599 e 600) propõem as seguintes técnicas de registo:

Registo contínuo:

O observado escreve a narrativa descrevendo sequencialmente todos os comportamentos observados.

Estas observação podem ser organizadas numa grade de 3 colunas consistindo nos acontecimentos que ocorrem antes do comportamento (antecedentes) as respostas dos observados (comportamento) e consecutivamente os acontecimentos que se seguem ao comportamento (consequências).

Medida Directa do produto comportamental permanente:

Observação simples do produto "físico" do comportamento (ex: o peso de uma pessoa obesa, os resultados de um teste de um aluno com insucesso, etc) que é normalmente medido após um período de tempo pré-determinado.

Registo de acontecimentos:

O observado conta apenas cada ocorrência do comportamento durante um período de tempo pré-definido, normalmente extensível a um dia inteiro se o comportamento tiver uma frequência baixa - fraca probabilidade de ocorrência.

Registo de duração:

O observador mede o tempo total que demora a ocorrência de um comportamento, durante um período de tempo pré-definido.

Registo de intervalos:

O observador divide o período de observação (ex: meia-hora) em intervalos de tempo igual, normalmente situados entre 5 segundos ou 1/2 minutos. Então, o observador anota se os comportamentos definidos ocorrem ou não em cada intervalo.

A duração do intervalo deve ser tal que o comportamento-alvo ocorra apenas uma vez em cada intervalo.

Amostra de tempo:

São feitas observações breves em tempos específicos, decorrentes das horas activas de um dia dos observados.

Estes tempos podem ser espaçados de uma forma constante ou seleccionados ao acaso.

Os mesmos autores elaboraram o gráfico da página seguinte para facilitar a selecção das técnicas de registo de acordo com os objectivos da observação (ver gráfico pág. 16).

Apesar de cada uma das formas de apresentação das técnicas de registo dos acontecimentos estar individualizada, não quer dizer que muitas vezes, não haja a necessidade de se recorrer a mais do que uma, no sentido de observar o melhor possível (de vários ângulos) o acontecimento em estudo.

As medidas múltiplas são muito importantes já que proporcionam dados diferentes, mas convergentes e também porque a utilização de várias medidas "imperfeitas" tende a anular os erros que eventualmente possam ser introduzidos, já que são utilizadas como/para uma confirmação múltipla (Anguera, 1978, pág. 57).

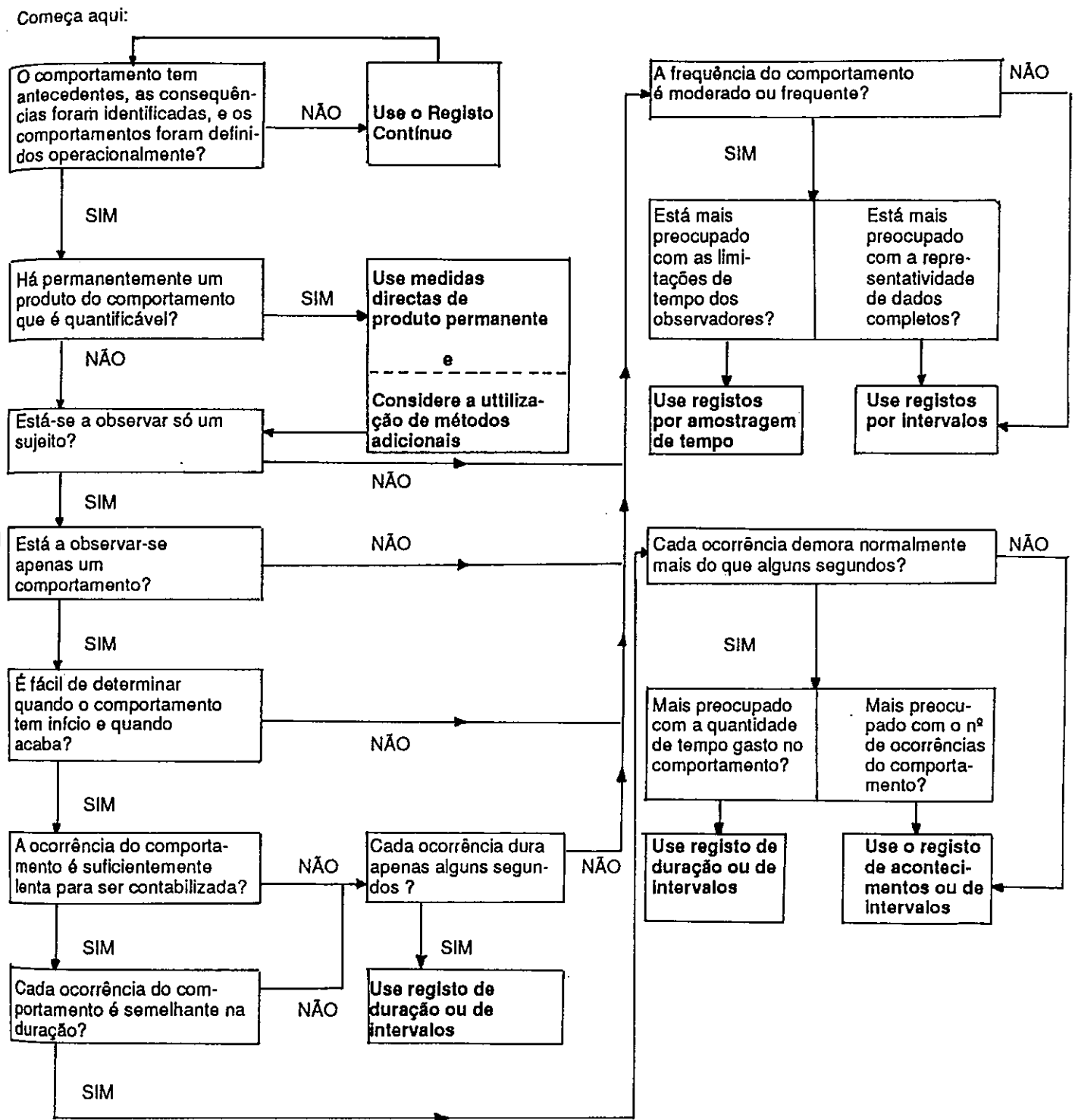


Gráfico para a selecção de técnicas de registo (Alevizos e Berck, 1975 in Weick, 1985, pág 598).

4. A quantificação na observação

Reuchlin (1989, pág. 31) refere que, cada vez mais, se tem utilizado uma linguagem quantificada na observação científica. A utilização deste tipo de linguagem pode estar relacionada positivamente com o modo de construção de instrumentos apropriados por parte do investigador/observador que tornam possível "medir, ordenar, contar", sistematizar, na efectiva utilização dos instrumentos.

É claro, que pelo simples facto de se estar a utilizar uma linguagem mais matemática, não significa por si só que as formulações feitas sejam as mais precisas - "os números não passam de uma linguagem que podemos utilizar para formulações tão precisas ou tão imprecisas quanto desejamos" (Reuchlin, 1989, pág. 32).

No entanto, a grande vantagem da quantificação é que permite explicitar a incerteza do investigador, sobretudo quando se procede ao controlo da observação, através da sua repetição, para além de que o acordo inter-observadores só pode ser estabelecido claramente se os registos que fizeram poderem ser quantificáveis.

Outra vantagem na utilização desta linguagem é a possibilidade que existe para a comprovação (objectiva, necessariamente) de possíveis regularidades nos acontecimentos observados. Pelo facto de se utilizarem metodologias estatísticas (as correlações, por exemplo), com estes dados pode-se verificar que estas regularidades não são resultantes do acaso, mas que precisam de uma explicação/interpretação mais cuidada.

A observação quantificada utiliza-se então quando se pretende diminuir a subjectividade e aumentar os resultados precisos passíveis de generalizações estatísticas. Este tipo de observação não invalida a utilização qualitativa dos dados, mesmo que esta seja feita *à posteriori*.

É através da codificação (dos dados qualitativos) que se chega à linguagem quantitativa. Mais precisamente através da separação do material qualitativo em determinadas unidades e do estabelecimento de categorias para a categorização das observações efectuadas.

Segundo Anguera (1978, págs. 73 e 74) é possível identificar razões da observação: se os comportamentos observados forem registados num quadro semelhante ao que a seguir se apresenta,

| | C1 | C2 | C3 | ... | Cj | ... | Cm |
|-----|----|----|----|-----|----|-----|----|
| l1 | | | | | | | |
| l2 | | | | | | | |
| l3 | | | | | | | |
| ... | | | | | | | |
| li | | | | | | | |
| ... | | | | | | | |
| ln | | | | | | | |

(Anguera, 1978, pág. 74)

Legenda:

1. C1, C2, C3 até Cm - diferentes categorias de comportamentos
2. l1, l2, l3 até ln - Intervalos de tempo escolhidos

podem-se identificar dois coeficientes:

1. O coeficiente α -
$$\alpha = \frac{\sum C_j}{n}$$

isto é, α é igual ao quociente entre o somatório dos acontecimentos registados na coluna j e o número total de intervalos (n). Este coeficiente fornece um índice referente a cada categoria (ex: frequente/pouco frequente, relevante/irrelevante, etc)

2. O coeficiente β -
$$\beta = \frac{\sum l_i}{m}$$

isto é, β é igual ao quociente entre o somatório dos acontecimentos registados no intervalo de tempo i e o número total de categorias (m). Este coeficiente pode ajudar a estabelecer um perfil do comportamento desejado e permitir a sua interpretação.

5. Fidelidade e Validade das observações

5.1 Fidelidade

De acordo com Heyns e Lippitt (1954 in Anguera, 1978, pág. 84), a fidelidade "define-se em termos de grau de acordo entre observadores independentes".

Uma regra geral da fidelidade das categorias, já referida neste texto, é referida por Gellert (1955 in Weick, 1985, pág. 603) - "Quanto menor for o número de categorias, quanto mais precisas forem as suas definições e quanto menor for a inferência requerida para a classificação, maior vai ser a fidelidade dos dados".

No entanto, a fidelidade não está dependente apenas dos julgamentos técnicos. A fidelidade também é relevante quando o investigador procura tornar o seu papel explícito (enquanto observador) mantendo, no entanto, uma certa naturalidade.

A medida de fidelidade mais comumente utilizada, em estudos que utilizaram uma metodologia observacional, é o acordo inter-observadores - efectuar uma mesma observação, feita por diferentes observadores simultaneamente. No entanto, esta medida só pode ser utilizada se os dados obtidos forem quantificáveis - é a única hipótese de se comparar o número de acordos e o número de desacordos.

A fidelidade observacional também pode ser garantida quando o mesmo observador observa em diferentes momentos e também se observadores distintos observam em momentos diferentes (este é o método menos utilizado por ser mais difícil registar determinados acontecimentos em situações diferentes).

Wicker (1975 in Weick, 1985, pág. 604), descreve o modo como as comparações de registos devem ser feitas:

1º- os dados de duas pessoas observando o mesmo acontecimentos deve ser correlacionado, uma medida que iria regular os enviesamentos introduzidos pela alteração do observador e do ambiente;

2º- os dados de um mesmo observador observando um acontecimento similar em 2 momentos diferentes devem ser comparáveis;

3º- o acordo na observação de um acontecimento por dois observadores em dois momentos diferentes devem ser correlacionáveis. Esta medida é vulnerável a vários tipos de erros;

4º- Finalmente, a observação de um determinado acontecimento por um único observador deve ser comparável de modo semelhante aos itens pares e ímpares num teste. Este ponto refere-se à verificação da consistência interna - consigo mesmo.

5.2. Validade

A validade, segundo Heyns e Lippitt (1954 in Anguera, 1978, pág. 81), "significa, por um lado, se os dados do observador medem realmente aquilo que se propõem medir, e, por outro, se predizem algo". Segundo Biesing (1972 in Weick, 1985, pág. 604), a validade pode ser avaliada pelo menos de 5 maneiras:

Após se ter construído uma tentativa de interpretação o observador pode:

- 1- ver se os acontecimentos que eram esperados acontecem efectivamente;
- 2- procurar por acontecimentos negativos e inesperados;
- 3- perguntar a opinião a outros especialistas acerca da interpretação que elaboraram previamente;
- 4- procurar actuar de acordo com interpretação feita e observar o modo como as pessoas reagem;
- 5- desafiar o contexto que foi observado e verificar como é que o grupo responde (se responde do modo que é esperado).

Wiseman (1974 in Weick, 1985, pág. 604) descreveu algumas das regras que utiliza para validar as reconstruções dos pontos de vista das pessoas:

- 1- Assumir, por princípio, que ninguém está a mentir;
- 2- Quando se tem que escolher entre uma história oficial/institucional e uma história individual, optar-se pela segunda;
- 3- " Não há nada que aconteça ou que os observados contem que não faça sentido". Uma vez que se está a falar sobre a vida das pessoas, cabe ao observador investigar e estabelecer este sentido;
- 4- Pressupor que apesar do ser humano fazer escolhas que não são as mais inteligentes, estão a tentar fazer o melhor que podem;
- 5- Não há nada que seja dito ou observado dentro do contexto de observação que não tenha alguma importância para a investigação que está a ser feita;
- 6- Não existe aquilo a que se chama a "verdade absoluta". Ninguém tem essa palavra final.

Referências Bibliográficas:

Anguera, M.T. (1978). *Metodología de la observación en las Ciencias Humanas*. Madrid: Ediciones Cátedra.

Costa, A.F. (1986). A pesquisa de terreno em sociologia. In: Silva, A.S. e Pinto, J.M. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Estrela, A. (1990) *Teoria e prática de observação de classes: uma estratégia de formação de professores*. (3ª Edição). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

Iturra, R. (1986). Trabalho de campo e observação participante em Antropologia. In: Silva, A.S. e Pinto, J.M. (orgs.). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

Paúl, M.C. (1985). *Questões de investigação em Psicologia do Desenvolvimento*. Trabalho de síntese - Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, apresentadas ao Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto, Porto.

Pinto, A.C. (1990). *Metodologia da investigação psicológica*. Porto: Edições Jornal de Psicologia.

Reuchlin, M. (1986). *Métodos em Psicologia*. Lisboa: Editorial Teorema, Lda.

Weick, K.E. (1985). Systematic observational methods. In: Lindzey, G. & Aronson, E. (Eds.). *The handbook of social psychology*. New York: Random House. (3rd Edition).

O que está bem plantado não pode ser arrancado,
O que está bem ligado não pode desunir-se.
É graças à virtude que os filhos e netos
celebram escrupulosamente o culto dos antepassados.

Cultivada em si mesm[o]
a sua virtude será autêntica;
cultivada na sua família
enriquecerá;
cultivada na sua aldeia
crescerá
cultivada no Estado
será florescente;
cultivada no mundo
tornar-se-á universal.

Observamos os outros por nós próprios;
as famílias, pela nossa família;
as aldeias, pela nossa aldeia;
os Estados pelo nosso Estado;
todo o mundo, por este mundo;
Como posso saber como vai o mundo?
por tudo o que acaba de ser dito

LAO TSEU

* In Tao To King, LIV tradução de António Melo (1973). Lisboa: Editorial Estampa, p.67

O Centro de Psicologia Social (CEPSIS) dedica-se a trabalhos de investigação, apoio à docência e prestação directa e indirecta de serviços à comunidade. Desenvolve as suas actividades e projectos preferencialmente ao nível das interacções interculturais.

Com as monografias publicadas pelo CEPSIS visa-se predominantemente colocar à disposição das pessoas interessadas pela Psicologia Social uma documentação que lhes facilite o contacto com esta disciplina em aspectos bem precisos. Tal objectivo global será materializado fundamentalmente através da edição - de sínteses sobre pontos de interesse da Psicologia Social;- e de investigações efectuadas no Centro com cariz predominantemente intercultural.

MONOGRAFIAS DE PSICOLOGIA SOCIAL

- Nº 1 - F. Neto & E. Mullet: Aspects quantitatifs du vécu des travailleurs portugais en région parisienne (5/1987)
- Nº 2 - F. Neto: The migratory project and its determinants among portuguese adolescents (7/87)
- Nº 3 - A. M. Barros, J. H. Barros, & F. Neto: Adaptação da escala Locus de Controlo de Rotter (9/87)
- Nº 4 - F. Neto: Guia para a disciplina de Psicologia Social (10/87)
- Nº 5 - R. A. Gonçalves: A grelha das atitudes de Porter - referência ao modelo humanista em Psicologia Social (12/87)
- Nº 6 - T. Freire & F. Neto: Modalidades de influência social (3/88)
- Nº 7 - R.A.Gonçalves: Abordagem ecológica/ambiental em Psicologia Social (5/88)
- Nº 8 - T. Freire & F. Neto: Obediência: Abordagem da Psicologia Social Experimental (7/88)
- Nº 9 - J. Barros, F. Neto & A. Barros: Avaliação do locus de controlo dos professores (10/88)
- Nº 10 - F. Neto: Contribuições da psicologia social cognitiva para a compreensão do serviço social (12/88)
- Nº 11 - R.A. Gonçalves: Stress e sobrepovoamento em contextos sociais (3/89)
- Nº 12 - E. Mullet & F. Neto: A qualidade de informação dos jovens portugueses do ensino secundário (5/89)
- Nº 13 - F. Neto & E. Mullet: M/81- Material (10/89)
- Nº 14 - T. Freire & F. Neto: Conformidade (12/89)
- Nº 15 - L. Pinto & F. Neto: Uma ilustração da utilização familiar do M/81 (10/92)
- Nº 16 - L. Pinto: Análise de conteúdo (10/93)
- Nº 17 - M. Santos: A observação científica (4/94)